

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 9486, DE 09 DE MAIO DE 2019.



“Faz contratação que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar LUCIANO DE JESUS SIMAO, matrícula 440944, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 02/05/2019 a 31/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 02/05/2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 09 de maio de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 9487, DE 09 DE MAIO DE 2019.



“Concede licença prêmio que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO, nos termos do Artigo 156 da Lei Complementar, nº 08 de 09/12/2005, ao (a) servidor (a) MARIA APARECIDA PEREIRA SILVA, matrícula 36013, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇO LIMPEZA, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS, pelo período de 01/05/2019 a 30/05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/05/2019.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 09 de maio de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 9488, DE 09 DE MAIO DE 2019.



“Designa servidor que especifica”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) ROSILENE PIRES DAVI CANDIDO, matrícula 440945, para a FUNÇÃO de PEB-I, lotado (a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme o disposto na Lei nº 580, de 12 de setembro de 2005, com alterações posteriores, pelo período de 06/05/2019 a 31/12/2019, com atuação na EMEI Solon Cardoso Naves, por motivo de vacância de cargo por aposentadoria da servidora Catia Milene Cirilo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 06/05/2019.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 09 de maio de 2019.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 9489, DE 10 DE MAIO DE 2019.



“Determina o arquivamento de Processo Administrativo Disciplinar”.

A Procuradora Geral do Município, Dra. Iolanda Gomes Sunahara, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 366/2007, e com fundamento nos artigos 210 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município,

CONSIDERANDO o relatório final apresentado pela Comissão Processante instituída por meio da Portaria nº 9366, de 12 de março de 2019, publicada no Diário Oficial do Município nº 1616, de 14 de março de 2019;

CONSIDERANDO que o julgamento foi proferido com base no relatório apresentado pela comissão processante, em estrita conformidade com o disposto no art. 235 do Estatuto dos Servidores Públicos;

CONSIDERANDO que o parágrafo 4º do art. 234 do mesmo diploma legal estabelece que “Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos”;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado o **ARQUIVAMENTO** do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar possível infração a Lei Complementar 08/2005 (Estatuto dos Servidores) por parte da servidora S.M.M.C.; matrícula 16101.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Monte Carmelo, 10 de maio de 2019.

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



Órgão Oficial do Município

**Dia 10 de Maio de 2019
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007**

Ano XIII

Nº 1653



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2159, DE 08 DE MAIO DE 2019.



“Disciplina o Procedimento de Regularização Fundiária, previsto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no art. 25 da Lei Municipal nº 1.505, de 28 de Janeiro de 2019 e dá outras providências.”.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VI do art. 70 da Lei Orgânica do Município, pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e art. 25 da Lei Municipal 1.505, de 28 de Janeiro de 2019,

CONSIDERANDO a ausência de procedimento para instruir, conduzir e sanear os procedimentos administrativos que tem por objeto a aplicação da Regularização Fundiária Urbana, prevista na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017;

CONSIDERANDO a competência dos Municípios para classificar, processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária;

CONSIDERANDO que a adoção das rotinas administrativas proporcionará maior eficiência e efetividade na análise destas demandas;

CONSIDERANDO que a legalização fundiária traz a valorização dos imóveis, aquecendo o mercado imobiliário e promovendo o crescimento econômico do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Os Requerimentos iniciais para aplicação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, tendo por objeto a Legitimação Fundiária, serão protocolados no setor de protocolos, inaugurando o procedimento administrativo, e serão encaminhados ao Departamento de Regularização Fundiária.

Art. 2º. Na contagem de prazo em dias, estabelecido na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, ou pelo Presidente do Conselho Municipal de Regularização Fundiária, computar-se-ão somente os dias úteis.

Art. 3º. O Requerimento inicial deverá indicar:

I - o endereçamento a quem é dirigida, no caso à Presidência do Conselho Municipal de Regularização Fundiária;
II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, telefone fixo e celular com DDD, o domicílio e a residência dos Requerentes;
III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;
IV - o pedido com as suas especificações e o apontamento da modalidade da Reurb que se pretende implementar.
§ 1º. Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E deverá ser indicado, ainda, o valor do terreno objeto da Regularização, por meio de carta de avaliação particular, com base no valor de mercado do imóvel, excluídas as benfeitorias realizadas pelo ocupante, cujo prazo de validade da avaliação será de, no máximo, 12 (doze) meses, firmada por corretor de imóveis inscrito no respectivo órgão de classe.
§ 2º. O indeferimento será motivado, indicando, no que couber, as medidas necessárias para adequação do novo pedido.
§ 3º. A decisão de que trata *caput* deste artigo deverá ser publicada no Diário Oficial do Município, em atendimento ao disposto no inciso V, do art. 28, da Lei nº 13.465/17.

Art. 4º. O Requerimento deve vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - Documentos pessoais com foto onde deve constar o número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;
II - Comprovação do Estado Civil;
III - Comprovação de Residência, considerando-se, para tanto, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa;
IV - Comprovação de Renda, observado o disposto no art. 10 desta norma;
V - Comprovação da Posse.
§ 1º. A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal.
§ 2º. A comprovação do estado civil poderá ser aceita quando expressa na cédula de identidade ou demais documentos com validade nacional.
§ 3º. A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, comprovantes de pagamento de carnês de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.
§ 4º. Em caso de falecimento de um dos cônjuges a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a), com a anuência dos eventuais filhos.
§ 5º. Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.
§ 6º. Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, ou ainda, não havendo sido realizada a mesma, será aceita declaração de desistência para o outro cônjuge.
§ 7º. Aprovado o pedido de legitimação fundiária pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária e antes do encaminhamento ao Chefe do Executivo, os Requerentes deverão apresentar a comprovação de que trata o inciso II em documento atualizado.

Art. 5º. Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado dos seguintes documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017:

I - levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
II - planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;
III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
IV - projeto urbanístico;
V - memoriais descritivos;
VI - proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;
VII - estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
VIII - estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;
IX - proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e
X - minuta de termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 6º. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá estar de acordo com o artigo 36 da Lei Federal nº 13.465, com as indicações:

I - das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

